

# **PROJETO**

Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil

Outubro de 2010

## ÍNDICE

1. DADOS DA ENTIDADE PROPONENTE	3
2. RESUMO DO PROJETO	4
3. APRESENTAÇÃO	5
4. JUSTIFICATIVA	9
5. DIRETRIZES METODOLÓGICAS E VALORES	10
6. OBJETIVOS GERAL E ESPECIFICOS	12
7. DESCRIÇÃO QUALITATIVA DO PÚBLICO BENEFICIADO	13
8. PLANILHA QUANTITATIVA DO PÚBLICO BENEFICIADO	15
9. CRONOGRAMA FÍSICO	21
10.METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS METAS E ETAPAS	29
11.RESULTADOS ESPERADOS E PRODUTOS	36
ANEXOS – 01 ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO PROJETO E PÚBLICO PARTICIPANTE	43

## 1. DADOS DA ENTIDADE PROPONENTE:

1 - DADOS CADASTRAIS						
Entidade Proponente:						CNPJ/UG
Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP						89.270.656/0001-38
Sede Própria: Praça Pereira Parobé, 130 - 9º. Andar						
Cidade:	UF:	CEP:	E-mail:	(DDD)Fone:	(DDD) Fax:	Esfera Administr.
Porto Alegre	RS	90.030-190	camp@camp.org.br	51-3212-6511	51-3212-6511	ONG
Conta Corrente: 17097-6		Banco: 001		Agência: 0010-8		Praça de Pagamento: Porto Alegre
Nome do(s) Responsável: João Marcelo Pereira dos Santos						CPF: 40915174553
CI/Órgão Exp.:	Cargo:		Função:		Matrícula:	
1034566651 SSP RS	Secretário Executivo		Secretário Executivo			
Endereço Residencial (completo)						CEP:
Rua Aracajú, 1223 Vila - Bairro Vila Nova – Porto RS						91740320

## 1. RESUMO DO PROJETO

### TÍTULO:

Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil.

### OBJETIVO:

Realizar ações de capacitação para o segmento da população brasileira em situação de vulnerabilidade social e vítima de violação de direitos, visando à garantia dos direitos humanos, o fortalecimento da cidadania, à inserção produtiva e a ampliação do acesso às políticas.

### OBJETO:

Capacitação de educadores, lideranças sociais e população em situação de vulnerabilidade social e vítima de violação de direitos, incentivo à participação e exercício de cidadania, ampliação do acesso às políticas públicas, inserção produtiva, pesquisa e publicação de metodologias de educação popular em direitos humanos.

### PESSOA RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

João Marcelo Pereira dos Santos

### TEMPORALIDADE:

Dezembro de 2010 a Dezembro de 2011

### VALOR TOTAL DO PROJETO:

R\$ 8.255.600,24

### CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

<b>PRIMEIRA PARCELA</b>	<b>R\$ 4.195.930,86</b>	<b>DEZEMBRO 2010</b>
<b>SEGUNDA PARCELA</b>	<b>R\$ 4.059.669,38</b>	<b>JUNHO 2011</b>

## 2. APRESENTAÇÃO:

O projeto que apresentamos fundamenta-se em uma análise da realidade brasileira desse último período e as formulações aqui esboçadas, foram produzidas no debate processado no interior das redes de assessores e educadores da área de educação popular e em direitos humanos.

O crescimento econômico e os índices favoráveis de distribuição de renda do país estão introduzindo um novo padrão de desenvolvimento e revertendo às políticas neoliberais da década anterior. Progressivamente, o estado brasileiro vem despontando como um agente indutor dos processos macroeconômicos e sociais, a partir de uma concepção que busca integrar o crescimento econômico com uma agenda de inclusão social.

Uma das grandes reviravoltas que elucida esse novo momento da história do país encontra-se justamente na política externa brasileira. Nesses últimos anos, o Brasil promoveu um novo padrão de integração regional, privilegiou alianças com o sul do mundo, diversificou o comércio exterior, afirmou internacionalmente a nossa soberania e ocupou importantes espaços na geopolítica mundial. Hoje, a China é a nossa principal parceira comercial e, paulatinamente, crescem as nossas relações econômicas e políticas com a Ásia, África, América Latina, Europa e os EUA. Recentemente, a diplomacia brasileira liderou um acordo com o Irã, demonstrando para o mundo que é possível construir relações internacionais que não estejam fundamentadas no poder das armas e nem na pressão das sanções da ONU. No continente latino americano, o Brasil se coloca como um país de linha de frente de um processo de estreitamento de laços com Argentina, Uruguai, Venezuela, Paraguai e Bolívia. As ações brasileiras para o Continente Latino-Americano indicam uma nova postura, menos imperialista e de respeito à autonomia dos povos e seus governos. Este clima de integração tem aproximado, não só governos, mas a sociedade civil latino-americana que começa a sonhar novamente com os ideais de Simon Bolívar e outros lutadores latino-americanos que lutaram por uma América Latina Livre. Nota-se também, por parte da nossa diplomacia, um esforço de participação diferenciada nos debates mundiais, com posicionamentos avançados, respeitando a democracia, a preservação ambiental e a paz mundial.

Internamente, o governo brasileiro vem ampliando o gasto social para 23% do PIB. Hoje, aproximadamente um terço da população brasileira se beneficia diretamente de algum projeto social e de garantia de direitos. A permanência desses indicadores cria uma expectativa de superação da chaga da pobreza extrema, que marca secularmente a história de nosso país. O produto interno bruto voltou a subir demonstrando que o Brasil apresenta todas as condições para assegurar elevados patamares de crescimento econômico.

Resultado disso é que nos tornamos um dos poucos países do mundo que projeta um crescimento do PIB acima de 5% ao ano. Fontes do Ministério do Trabalho atestam um saldo de 3,6 milhões de novos postos de trabalho e uma crescente diminuição da taxa de desocupação e desemprego. Outro indicador bastante positivo são os ganhos salariais: em 2009, 80% dos acordos coletivos conquistaram aumento real de salários e 13% asseguraram, no mínimo, a reposição da inflação com base no INPC-IBGE. Nessa mesma direção, mencionamos a instituição de pisos salariais nacionais, política que tem beneficiado milhares de trabalhadores.

O PAC inaugurou uma fase de investimentos na infra-estrutura urbana, preparando o país para suportar uma trajetória de crescimento econômico continuado. Seus efeitos estão contribuindo para aquecer algumas cadeias produtivas, favorecendo a geração de empregos e garantido a realização de direitos sistematicamente sonegados ao povo brasileiro. Na área da habitação, por exemplo, projeta-se equacionamento do déficit habitacional nos próximos dez anos. É inquestionável que o modelo “social desenvolvimentista” vem combinando crescimento econômico com a extensão dos direitos sociais para a maioria dos brasileiros, sobretudo, para aqueles situados na pobreza e na miséria.

Na área das políticas públicas observa-se uma tendência de revitalização da assistência social, educação, saúde, cultura e cidadania. Até recentemente a mídia nacional insistia em classificar os programas sociais como prêmio à preguiça e populismo governamental, enquanto isso, a ONU escolheu o Programa Bolsa Família como símbolo mundial do resgate dos desafortunados; o ultra-conservador jornal britânico *The Economist* considerou esse mesmo programa como um modelo de ação a ser seguido por países tocados pela pobreza e o *Le Monde* apontou os programas sociais do governo Lula como uma ação modelar de inclusão social. Na verdade, qualquer balanço que se faça sobre o Brasil se constatará que a miséria encolheu e um contingente enorme de brasileiros passou a vivenciar novos patamares de dignidade social.

Apesar dos indicadores macroeconômicos e sociais serem bastante favoráveis e projetarmos um cenário promissor, algumas políticas neoliberais continuam vigentes e o modelo de desenvolvimento em curso baseia-se na acumulação de capital, na degradação ambiental, na violação de direitos e esfacelamento das redes de economia local. A política de juros altos e de geração de superávit primário para pagar os juros da dívida pública é algo escandaloso. Esse mecanismo drenou recursos dos serviços públicos para os bancos e credores internacionais. Segundo dados do DIEESE, desde o início do Plano Real, em 1994, o país gastou 1,447 trilhão com juros da dívida interna do setor público. Desde 2003, o Governo gastou aproximadamente 885 bilhões de reais em juros da dívida interna. Para se ter uma idéia desse gasto, basta compará-lo ao que foi gasto com o Bolsa Família entre 2004 e 2009: 53,247 bilhões de reais, ou seja, 6% do que foi gasto com

juros. Lastima-se também o pouco questionamento da supremacia do Banco Central e o não enfrentamento do debate da democratização do Conselho Monetário Nacional.

Após duas décadas de democracia, a consciência de defesa dos direitos tem se consolidado, ampliando a quantidade de movimentos sociais nos mais variados temas. Esta diversidade de movimentos é observada na participação da sociedade nas várias conferências convocadas pelo Governo Brasileiro sobre políticas urbanas, saúde, mulheres, igualdade racial, direitos humanos, segurança alimentar, entre tantas outras. Mais de um milhão de delegados foram eleitos e participaram das conferências municipais e estaduais preparatórias às 13 Conferências Nacionais. Os esforços no sentido de garantir uma maior democratização das políticas setoriais do país através da realização das Conferências Nacionais e o estímulo aos fóruns tripartites e ao diálogo, são realmente significativos, porém, a não implantação das propostas produzidas pelo debate público e a lentidão na qualificação das políticas públicas, podem jogar no descrédito essas formas de aprofundamento da democracia no país. Além disso, essa defasagem entre a participação social e a incorporação das propostas nas políticas do Governo Brasileiro geram uma profunda frustração.

Outro elemento importante do contexto nacional é a tentativa de governos estaduais em criminalizar os movimentos sociais, gerando ações judiciais contra lideranças e entidades, tentando caracterizar os movimentos como ações terroristas e até ressuscitando a Lei de Segurança Nacional criada pela ditadura militar. Nesse sentido, o judiciário brasileiro tem tido uma postura cooperativa e de classe, somente condenando as pessoas do povo e os militantes sociais e tendo uma postura parcimoniosa com os criminosos da elite brasileira. O exemplo mais evidente desta discriminação foi a proibição que o Supremo Tribunal Federal determinou para que a Polícia Federal não utilizasse algemas contra presos, logo após um banqueiro ter sido algemado em frente às câmeras de televisão. A criminalização dos movimentos sociais e a impunidade com os crimes praticados pela elite representam uma nova face da desigualdade brasileira que precisa ser denunciada e combatida.

O desafio que se coloca para o futuro é o de criarmos as condições para que possamos aprofundar uma agenda de reformas capaz de colocar o Brasil em outro patamar de desenvolvimento econômico, político e cultural. A nossa tarefa é constituir um novo bloco político com capacidade de impulsionar reformas estruturais. Uma delas é a reforma tributária, onde precisamos instituir mecanismos de tributação progressiva, taxaço das grandes fortunas e do capital especulativo. Por outro lado, sem haver uma reduço da supremacia do Banco Central e a democratização do Conselho Monetário Nacional a idéia de combinar crescimento econômico com distribuio de renda e valorizaço do trabalho fica prejudicada. Agregamos também a essa agenda de mudanças, a necessidade de uma autêntica reforma política que revigore os

partidos políticos e liberte o poder executivo da necessidade de acordos espúrios. A promoção da reforma agrária e da agricultura familiar é indispensável para contrabalançar o poder do agronegócio e instituir outro modelo de desenvolvimento agrícola no país. Precisamos avançar na reforma urbana, combatendo a especulação imobiliária e garantir mais recursos para a habitação popular. Finalmente, necessitamos qualificar o Sistema Único de Saúde (SUS), investir em saneamento ambiental e na defesa do uso sustentável dos recursos naturais brasileiros.

No tocante aos direitos humanos precisamos operar uma verdadeira mudança cultural, para tanto devemos enfrentar duas heranças existentes em relação ao entendimento do que sejam direitos humanos. A primeira delas refere-se a identificação entre direitos humanos e direitos da marginalidade. Essa deturpação decorre, em grande parte, de uma perversa e eficiente manipulação, sobretudo nos meios de comunicação comercial voltados para a exploração sensacionalista da violência e da miséria humana. A segunda deturpação, presente nos meios de maior nível de instrução (meio acadêmico, mas também de políticos e empresários), refere-se a crença de que direitos humanos se reduzem essencialmente às liberdades individuais do liberalismo clássico e, portanto, não se consideram como direitos fundamentais os direitos sociais, os direitos de solidariedade universal. Os liberais adeptos dessa crença aceitam a defesa dos direitos humanos como direitos civis e políticos, direitos individuais à segurança e à propriedade; mas não aceitam a legitimidade da reivindicação, em nome dos direitos humanos, dos direitos econômicos e sociais, a serem usufruídos individual ou coletivamente, ou seja, aqueles vinculados ao mundo do trabalho, à educação, à saúde, à previdência e seguridade social etc.

As ações desse projeto afirmam o direito como algo construído e também a ser respeitado com todos os sujeitos que deles necessitam ou reclamam sua universalidade, que reconhece a diversidade e garante o protagonismo político e social aos considerados invisíveis e/ou descartáveis para a sociedade. Em geral as ações apresentadas nesse projeto consistem em encontros de formação, referenciados na concepção de educação popular freiriana, realizados em nível nacional, estadual, macro, microrregional e municipal, de acordo com a realidade de cada estado e localidade. Essas ações de formação também objetivam sensibilizar e envolver setores do Governo Federal: Gabinete Pessoal da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Companhia Nacional de Abastecimento, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério da Educação, Ministério da Pesca e Aquicultura, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Cultura, Secretaria Geral da Presidência da República, Conseas. Bem como, setores da sociedade civil comprometidos com a defesa dos direitos humanos: pastorais sociais, igrejas, redes sociais, movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades de assessoria, etc.

#### 4. JUSTIFICATIVA

Lançada em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos se desdobrou posteriormente em dois grandes Pactos e pelo menos seis Convenções que passaram a ser incorporadas à legislação e aos dispositivos constitucionais de muitos países. Apesar disso, uma constatação se impõe: em quase todos os países do mundo, persiste uma enorme distância entre os enunciados desses instrumentos e as constantes violações aos direitos humanos.

No caso brasileiro, só após a promulgação da Constituição de 1988, os direitos humanos começaram a ter um marco jurídico oficial. Já em seu Artigo 1º, a Carta de 1988 inclui entre os fundamentos do Estado brasileiro a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Apesar desses avanços registrados desde a redemocratização ainda convivemos com um cotidiano de graves violações. De acordo com o mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2007/2008), o Brasil ocupa hoje o 70º lugar no índice de desenvolvimento humano (IDH) e é considerado como um país que ostenta os maiores índices de desigualdade. As desigualdades existentes em razão do território, tanto no meio rural - marcado pela concentração fundiária, como no meio urbano - em razão da existência de grandes periferias sem acesso a políticas e serviços públicos de qualidade, fazem com que cada espaço territorial determine o nível de acesso a direitos que uma pessoa pode ter. A discriminação racial e de gênero, somadas à forma de distribuição e à concentração do espaço territorial também estruturam as desigualdades no Brasil. Tudo isso demonstra que, não obstante as inúmeras conquistas que expandiram a proteção dos direitos humanos exigem-se muitas outras iniciativas e mudanças no âmbito dos poderes públicos e também na esfera da vida social para atingir o desejável estágio de sua universalização e consolidação.

Os dois grandes desafios rumo à efetiva promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil são: o de concebê-los e implementá-los na sua universalidade, interdependência e indivisibilidade, tratando-os de maneira transversal; e o de fortalecer os atores sociais mais frágeis, que também são os grupos que mais tem seus direitos violados. Nesse sentido é importante o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos orientados à mudança de mentalidades e de práticas individuais e coletivas que possam gerar ações e instrumentos em favor da defesa, da promoção e ampliação dos direitos humanos.

Para logramos uma sociedade que garanta um patamar civilizado de respeito aos direitos humanos é necessário investimentos em processos continuados de formação dos cidadãos. Sendo a formação cidadã

um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabe priorizar a capacitação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não-formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros. É necessário integrar e aprimorar os espaços de participação existentes, bem como criar novos espaços e mecanismos institucionais de construção e monitoramento das políticas públicas de direitos humanos no país, incluindo as políticas de segurança alimentar e nutricional.

Avanços civilizatórios são possíveis e necessários, mas dependem necessariamente da mobilização da sociedade civil. Essa mobilização precisa ter como centro a defesa dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações marginalizadas pelo atual modelo de desenvolvimento mundial. Atualmente, os principais violadores destes direitos não são apenas os governos nacionais e sim o capital internacional e suas políticas extra-territoriais que submetem governos e populações a seus interesses. Constituir uma cultura de defesa de direitos é enfrentar diretamente as políticas que dão liberdade para o capital internacional violar os direitos humanos. Assim, é preciso constituir um espírito de participação permanente no seio da sociedade de forma a intensificar as ações de mobilização e de pressão pacíficas contra as políticas que violam os direitos sociais.

## **5. DIRETRIZES METODOLÓGICAS E VALORES**

O CAMP desde suas origens adotou uma postura metodológica que coloca em primeiro plano a participação de todos. O diálogo entre os saberes, tendo como referência obrigatória a bagagem cultural e a realidade concreta de cada um, é a nossa principal marca. Partimos do pressuposto de que os sujeitos, individuais e coletivos, são portadores de saberes sobre o mundo no qual estão inseridos, portanto, essa é a matéria prima e o ponto de partida de todo o processo de formação e de intervenção social.

A nossa trajetória sempre esteve vinculada à educação popular. Para nós a educação popular é um processo coletivo de produção de conhecimento e de novas relações sociais. Ou seja, trata-se de uma metodologia voltada para transformação das condições materiais e simbólicas que produzem e reproduzem cotidianamente as relações de subordinação entre classes e entre grupos sociais. Ela é simultaneamente prática e teórica: incide em mudanças nas formas de existência, bem como na construção de uma nova visão de mundo. Sem esse processo de construção e reconstrução, ela perde sua essência, que é a transformação, que é o movimentar-se de forma permanente.

Essa concepção e prática metodológica se materializam através das reflexões coletivas; da realização de dinâmicas e de oficinas; de trocas e visitas a outras comunidades; de experimentação e de investigação

sobre suas próprias realidades; de valorização das trajetórias de cada indivíduo e de avaliação permanente dos próprios processos formativos. Essa metodologia é fundamental para assegurarmos que os processos de solidariedade social se transformem em uma cultura de luta por direitos.

Pensamos o processo de educação popular como campo de expressão das distintas visões de mundo, valores, hábitos culturais, etc. É nessa diversidade que buscamos construir e fortalecer as confluências e as identidades dos segmentos que lutam pela garantia de direitos. Concebemos o ser humano com portador de múltiplas dimensões e as ações de formação devem acionar essa multiplicidade através de valorização da cultura, valores, religiosidade, identidades regionais, etc. Nesse projeto que estamos apresentando, defendemos a necessidade de termos objetivos unificados, prioridades definidas e estratégia de implantação consensuadas. Todavia, a partir de uma gestão coletiva nacionalmente articulada, é importante preservar a diversidade organizativa e a dinâmica de cada núcleo de formação, região, estado, etc. Esse é o desafio da unidade na diversidade, que combina a busca de objetivos comuns com a extraordinária riqueza da diversidade humana. Na nossa visão, os processos de educação popular não se reduzem a eventos de capacitação, que acontecem de forma assistemática e fragmentada. As ações de capacitação aqui desenhadas carregam a esperança de continuidade e buscam a viabilização de estratégias que garantam a sua sustentabilidade.

Por fim, destacamos a sistematização como um elemento integrador da nossa prática formativa. Para nós, a sistematização é uma postura metodológica que prima pela reflexão, pela evolução conceitual e registro da experiência. Trata-se de um modo peculiar de reflexão e registro da prática educativa visando à interpretação densa dos seus significados. Ela propicia a união dos diferentes sujeitos em torno do desafio de produzir conhecimento a partir de experiência comum. Quando a sistematização cria campo reflexivo sobre o desenvolvimento da experiência, acaba favorecendo a convergência entre os sujeitos, envolvendo-os ativa e criticamente na concretização do projeto. Sendo mais ativos, os sujeitos passam a se considerar co-autores do projeto.

**A nossa concepção metodológica se fundamenta nos seguintes valores institucionais:**

A justiça como parâmetro construído coletivamente o qual diferencia o certo do errado, protege o menor frente ao maior, distribui eqüitativamente os bens materiais e imateriais, conformando os direitos e deveres de todos perante a sociedade, e que por isso mesmo pode proteger os que vivem injustiçados.

A solidariedade como parâmetro estrutural pelo qual o avanço da sociedade se mede pelo grau de responsabilidade de uns para com os outros expresso na legislação, nas políticas públicas e na movimentação na sociedade civil.

A igualdade como parâmetro que estabelece que todos são iguais e têm o direito de serem iguais como cidadãos e cidadãs, sendo tratados de forma desigual quando necessário para produzir a igualdade.

A diversidade como expressão da liberdade humana de ser e valorizar as diferenças a partir de um substrato comum de igualdade, com base na crença de que juntos somos mais do que a soma das partes.

A democracia como exigência da construção e da preservação das condições de justiça, solidariedade social e igualdade, fora da qual, não existe tal possibilidade.

A liberdade como valor que sinaliza o direito de cada um, de cada comunidade e de cada grupo social a viver a vida como quiser, direito este assegurado pelo espaço público democrático.

A coerência individual e coletiva no viver as diversas dimensões da vida e, em especial, a coerência entre meios e fins.

A sustentabilidade como dimensão inerente a tudo que se faça, tanto no nível econômico, social, político ou ambiental. A sustentabilidade como valor expressa a preocupação com a durabilidade e consistência dos processos, procurando assegurar o máximo de coerência entre todas as dimensões da vida.

A defesa da vida, como dimensão síntese de todos os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, sem a qual nenhum dos valores acima pode ser realizado em sua plenitude.

## **6. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS**

### **Geral:**

Realizar ações de capacitação para o segmento da população brasileira em situação de vulnerabilidade social e vítima de violação de direitos, visando a garantia dos direitos humanos, o fortalecimento da cidadania, à inserção produtiva e a ampliação do acesso às políticas.

### **Específicos:**

1. Desenvolver ações de capacitação em direitos humanos, em âmbito local e comunitário, visando forjar o protagonismo social;
2. Contribuir para aumentar os índices de participação do público envolvido no projeto em espaços de elaboração, definição e controle social de políticas públicas: conselhos, conferências, fóruns e redes sociais;
3. Contribuir para o resgate da auto-estima da população excluída dos processos econômicos, políticos e culturais, incentivando a participação social e fomentando modalidades de inserção produtiva.
4. Desenvolver estratégias de comunicação que possibilitem a visibilidade do projeto, realçando suas diretrizes, dinâmica e resultados;
5. Garantir a capacitação do público envolvido direta e indiretamente no projeto no manuseio de novas estratégias de comunicação social;
6. Fomentar a articulação com outras redes e movimentos sociais envolvidos com a educação popular em direitos humanos;
7. Inserir a dinâmica do projeto em outras redes que buscam construir um ideário de execução de políticas públicas de forma mais integrada, evitando dessa forma a sobreposição de ações e o desperdício de recursos públicos.
8. Ampliar a participação de jovens no projeto e interagir com as políticas públicas na área da juventude.
9. Realizar pesquisa e produção de conhecimentos sobre os processos educativos em direitos humanos e indicadores de cidadania;
10. Estudar e desenvolver o referencial teórico-metodológico da educação popular freireana em direitos humanos, em diálogo com outros pensadores da área da educação;

## **7. DESCRIÇÃO QUALITATIVA DO PÚBLICO BENEFICIADO:**

O principal público beneficiado por esse projeto é constituído pelo segmento social submetido a diferentes tipos de vulnerabilidade social, em sua grande maioria são pessoas de comunidades carentes atingidas por programas governamentais (Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, etc.), entre as quais destacamos: catadores, carroceiros, desempregados, pescadores, população negra, povos indígenas, grupos de direitos humanos, grupos LGBT, artistas de teatro e cultura popular, agricultores familiares, marisqueiras, gaioteiros, acampados e assentados, agentes pastorais, ribeirinhos, comunidades e povos tradicionais

(originários) e povos de terreiro, redes de saúde e cultivo agro-ecológico, parteiras, moradores de rua, populações atingidas por desequilíbrios ambientais e moradoras em áreas de preservação ecológica, entre outras.

O projeto também pretende fomentar o surgimento de novas lideranças capacitando-as para realização de ações multiplicadoras e de mobilização social, na perspectiva de torná-las agentes de educação popular integradas voluntariamente ao projeto. Através dessa metodologia, essas lideranças replicam os aprendizados em uma quantidade incontável de micro ações. O projeto também agrega educadores voluntários, conectados com alguma organização social (pastorais sociais, ONGs, associações de moradores, associações comunitárias, etc. ).

## 8. PLANILHA QUANTITATIVA DO PÚBLICO BENEFICIADO:

<b>Público beneficiado diretamente pelas ações fins do projeto</b>	41.183 beneficiados		
<b>Estimativa de público atingido ações de comunicação</b>	30.000 público atingido		
<b>METAS</b>	<b>ETAPAS</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>QUANTIDADE DO PÚBLICO BENEFICIADO</b>
1. Contratação de recursos humanos e infraestrutura para realizar trabalho técnico especializado de gestão do projeto, nas áreas de coordenação pedagógica, planejamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas.	1.1. Contratação de pessoa física para realização da gestão técnica e operacional do projeto em âmbito nacional.	Equipe Nacional	19 profissionais contratados
	1.2. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços gráficos de reimpressão de material de apoio pedagógico (Cartilha do Zivaldo e outras publicações da Secretaria de Direitos Humanos).	Todos os participantes dos cursos de capacitação, nível nacional e SDH.	Atividade meio com alcance a todos os participantes dos cursos de capacitação.
	1.3. Contratação de 7 Coordenadores Pedagógicos, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas, por tempo determinado, com a carga horária de 40 horas semanais, para realizar as ações de acompanhamento pedagógico, planejamento, monitoramento e avaliação do projeto em	Coordenadores pedagógicos alocados nas 5 macro-regiões do país.	7 profissionais contratados

	âmbito regional.		
	<b>1.4.</b> Locação de espaço físico com sala mobiliada e equipada para o funcionamento do escritório central do projeto.	Atividade de infraestrutura sem definição de público específico.	Ação de infraestrutura sem definição de público específico.
	<b>1.5.</b> Aquisição de material de consumo para funcionamento do escritório nacional.	Atividade meio sem definição de público específico.	Atividade meio sem definição de público específico.
	<b>1.6.</b> Reprodução e postagem de materiais referentes ao projeto – Contratação de serviços de terceiro PJ.	Atividade meio sem definição de público específico.	Atividade meio sem definição de público específico.
	<b>1.7.</b> Deslocamentos da Equipe de Coordenação Nacional do projeto (diárias e passagens).	Atividade meio sem definição de público específico.	Atividade meio sem definição de público específico.
<b>2.</b> Elaboração do desenho técnico operacional do projeto e execução de ações de acompanhamento presenciais e não presenciais, nas diferentes esferas de sua implantação: nacional, regional, estadual e local.	<b>2.1.</b> Realização de dez (10) reuniões da equipe nacional (32horas/4dias/15participantes). Essas reuniões serão responsáveis pela produção do planejamento estratégico, desenho técnico operacional do conjunto de suas ações, definição de indicadores de impactos, monitoramento sistemático de sua implantação, verificação parciais dos instrumentos pedagógicos e financeiros de prestação de contas do projeto.	Equipe de coordenação nacional do projeto alocada na secretaria nacional do mesmo e nos estados da federação.	15 profissionais contratados
	<b>2.2.</b> Realização de duas (2) reuniões nacionais com pelo menos um(a) educador(a) de cada estado e Distrito Federal, equipe pedagógica regional e integrantes do escritório central (32horas/4dias/50participantes).  Essas reuniões serão responsáveis pela capacitação	Equipe da coordenação nacional, coordenadores pedagógicos, representantes das entidades conveniadas nos Estados da Federação mais Distrito Federal e	50 participantes

	técnica sobre os procedimentos administrativos, socialização do planejamento estratégico, produção de análises sobre a implantação do projeto e avaliação final com base nos indicadores de resultados da execução de suas metas.	colaboradores.	
	<b>2.3.</b> Acompanhamento in loco da execução do plano técnico operacional do projeto. Essas ações serão realizadas por integrantes da coordenação pedagógica regional e nacional e demais profissionais do escritório nacional do projeto.	Atividade meio sem definição de público específico.	Atividade meio sem definição de público específico.
<p>3. Execução de ações de capacitação para o aperfeiçoamento teórico-metodológico e elaboração de diretrizes para subsidiar as políticas públicas de direitos humanos no Brasil, voltadas para o conjunto de educadores e coordenadores pedagógicos contratados pelo projeto, lideranças e educadores sociais engajados voluntariamente no projeto, colaboradores, gestores públicos, etc.</p> <p>Produto: 4.820 participantes das atividades de capacitação .</p>	<b>3.1.</b> Realização de Curso Nacional em três módulos, cada módulo terá 32horas/4dias/70participantes, para capacitação de 210 multiplicadores sobre indicadores de cidadania, redes sociais e gestão compartilhada.	Educadores contratados e voluntários de todas as regiões.	210 participantes
	<b>3.2.</b> Realização de Encontro Nacional para 100 multiplicadores em educação popular e direitos humanos (5dias/40horas/100participantes).	Educadores, coordenadores pedagógicos, equipe de coordenação, colaboradores e convidados.	100 participantes.
	<b>3.3.</b> Realização de 135 Encontros com abrangência intermunicipal (24horas/3dias/30participantes – total de público atingido: 4.050 participantes) para: realizar um diagnóstico da situação dos direitos humanos em sua área de abrangência e debater diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos. Esses encontros são preparativos da Conferência Nacional.	Educadores contratados para realização das oficinas locais e educadores voluntários, colaboradores, membros dos movimentos sociais, gestores públicos e representantes das entidades conveniadas nos estados.	4.050 participantes
	<b>3.4.</b> Realização de 5 Encontros Regionais – 5encontros/24horas/3dias/52participantes – nas cinco	Educadores contratados para realização das oficinas locais	260 participantes

	regiões geopolíticas do país, para debater e propor diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos. Esses encontros são preparativos da Conferência Nacional.	e educadores voluntários, colaboradores, membros dos movimentos sociais, gestores públicos e representantes das entidades conveniadas nos estados.	
	3.5. Realização de Conferência Nacional - 40hs/5dias/200participantes – para debater e deliberar sobre as diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos.	Educadores contratados para realização das oficinas locais e educadores voluntários, colaboradores, membros dos movimentos sociais, gestores públicos e representantes das entidades conveniadas nos estados.	200 participantes
4. Execução de oficinas de formação de âmbito local, distribuídas em todo o território nacional, com o propósito de: incentivar a cidadania, fortalecer a mobilização popular, aumentar a participação em espaços de gestão e controle social de políticas públicas, ampliar o acesso as políticas públicas, criar alternativas de inserção produtiva e assegurar a efetivação das políticas de direitos humanos do público alvo do projeto. Essas ações locais de formação atingirão um total de 36.140 (trinta e seis mil e cento e quarenta) participantes.	4.1. Contratação 132 educadores sociais para compor as equipes estaduais e executar as oficinas de formação em âmbito local.  O contrato será CLT por tempo determinado, para 40 horas semanais. O custo mensal para cada educador será de R\$ 3.092,08 (três mil e noventa e dois reais e oito centavos). No valor estão incluídos: INSS, 13º e férias proporcionais, FGTS, vale refeição, contribuição sindical, PIS, tributos, encargos patronais e benefícios.	Educadores contratados para realização das Oficinas Locais	132 educadores contratados
	4.2. Realização de 1.807 oficinas de formação de âmbito local, com a presença mínima de 20 participantes e a duração de 4 horas.	Populações em situação de vulnerabilidade, do campo e da cidade. Lideranças sociais, famílias beneficiárias de programas sociais, grupos ou membros de associações	36.140 participantes

		que trabalhem com temas relacionados a educação popular em Direitos Humanos.	
5. Realização de pesquisa sobre os indicadores da participação e cidadania nos espaços de controle social de políticas públicas. A pesquisa deve traçar um perfil de todo o público atingido por esse projeto, sua visão sobre os espaços de participação nos diferentes âmbitos (local, estadual, regional e nacional), os meios pelos quais o público de base acessa as políticas públicas, entre outros temas. Essa pesquisa deverá ser executada com base nos métodos consagrados de produção científica.	5.1 Contratação de técnico especialista para implantação de todas as etapas da pesquisa: elaboração do termo de referência, produção dos instrumentos para coleta de dados, realização da coleta de dados, alimentação de banco de dados, análise dos dados, disponibilização de informes parciais, apresentação e validação dos resultados da pesquisa.		
6. Sistematização, divulgação e transparência na execução do projeto.	6.1. Confecção de peças de divulgação das ações de capacitação previstas nesse projeto: 8 mil folders, 7 banners, 2 mil cartazes.	Educadores contratados para realização das oficinas locais e educadores voluntários, colaboradores, membros dos movimentos sociais, gestores públicos e representantes das entidades conveniadas nos estados e lideranças sociais beneficiadas pelas ações do projeto.	Estima-se que as ações de divulgação do projeto atingirão 40 mil pessoas, envolvidas diretamente com as ações do projeto e público em geral.
	6.2. Produção de 2 cartilhas, cada uma com a tiragem de cinco mil exemplares, para subsidiar e divulgar as ações de		

	capacitação do projeto.		
	6.3. Produção de dois vídeos sobre a trajetória do projeto, seus resultados junto ao público, acúmulos conceituais e metodológicos, etc.		
	6.4. Aperfeiçoamento e alimentação do site, registro fotográfico, elaboração de releases para imprensa comercial e para redes de comunicação alternativa, manutenção e alimentação de mailing, etc.		

**Total de público atingido: 41.183 (quarenta e um mil, cento e oitenta e três participantes em atividades de capacitação).**

## 9. CRONOGRAMA FÍSICO

Descrição/Meta	Especificação/Etapas	Cronograma de execução	
		Início	Término
<p>1. Contratação de recursos humanos e infraestrutura para realizar trabalho técnico especializado de gestão do projeto, nas áreas de coordenação pedagógica, planejamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas.</p>	<p>1.1. Contratação de pessoa física para realização da gestão técnica e operacional do projeto em âmbito nacional.</p>	Dez/2010	Dez/2011
	<p>1.2. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços gráficos de reimpressão de material de apoio pedagógico (Cartilha do Ziraldo e outras publicações da Secretaria de Direitos Humanos).</p>	Dez/2010	Dez/2011
	<p>1.3. Contratação de 7 Coordenadores Pedagógicos, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas, por tempo determinado, com a carga horária de 40 horas semanais, para realizar as ações de acompanhamento pedagógico, planejamento, monitoramento e avaliação do projeto em âmbito regional.</p>	Jan/2011	Dez/2011
	<p>1.4. Locação de espaço físico com sala mobiliada e equipada (aluguel, condomínio, água, energia elétrica, telefone, tecnologia da informação) para o escritório central do projeto.</p>	Dez/2010	Dez/2011
	<p>1.5. Aquisição de material de consumo para funcionamento do escritório nacional.</p>	Dez/2010	Dez/2011

	<p><b>1.6.</b> Reprodução e postagem de materiais referentes ao projeto – Contratação de serviços de terceiro PJ.</p>	Dez/2010	Dez/2011
	<p><b>1.7.</b> Deslocamentos da Equipe de Coordenação Nacional do projeto (diárias e passagens).</p>	Dez/2010	Dez/2011
<p><b>2.</b> Elaboração do desenho técnico operacional do projeto e execução de ações de acompanhamento presenciais e não presenciais, nas diferentes esferas de sua implantação: nacional, regional, estadual e local.</p>	<p><b>2.1.</b> Realização de dez (10) reuniões da equipe nacional (32horas/4dias/15participantes).</p> <p>Essas reuniões serão responsáveis pela produção do planejamento estratégico, desenho técnico operacional do conjunto de suas ações, definição de indicadores de impactos, monitoramento sistemático de sua implantação, verificação parciais dos instrumentos pedagógicos e financeiros de prestação de contas do projeto.</p> <p>(Alimentação e hospedagem, transporte aéreo, combustível e locomoção urbana)</p>	Mar/2011	Dez/2011
	<p><b>2.2.</b> Realização de duas (2) reuniões nacionais com pelo menos um(a) educador(a) de cada estado e Distrito Federal, equipe pedagógica regional e integrantes do escritório central (32horas/4dias/50participantes).</p> <p>Essas reuniões serão responsáveis pela capacitação técnica sobre os procedimentos administrativos, socialização do planejamento estratégico, produção de análises sobre a implantação do projeto e avaliação final com base nos indicadores de resultados da execução de suas metas.</p>	Mai/2011	Nov/2011

	<b>2.3.</b> Acompanhamento in loco da execução do plano técnico operacional do projeto. Essas ações serão realizadas por integrantes da coordenação pedagógica regional e nacional e demais profissionais do escritório nacional do projeto.	Abr/2011	Dez/2011
<b>3.</b> Execução de ações de capacitação para o aperfeiçoamento teórico-metodológico e elaboração de diretrizes para subsidiar as políticas públicas de direitos humanos no Brasil. Essas ações de capacitação estão voltadas para o conjunto de educadores e coordenadores pedagógicos contratados pelo projeto, lideranças e educadores sociais engajados voluntariamente no projeto, colaboradores, gestores públicos, etc.	<b>3.1.</b> Realização de Curso Nacional em três módulos, cada módulo terá 32horas/4dias/70participantes, para capacitação de 210 multiplicadores sobre indicadores de cidadania, redes sociais e gestão compartilhada.	Mai/2011	Nov/2011
	<b>3.2.</b> Realização de Encontro Nacional para 100 multiplicadores em educação popular e direitos humanos (5dias/40horas/100participantes).	Jun/2011	Nov/2011
	<b>3.3.</b> Realização de 135 Encontros com abrangência intermunicipal (24horas/3dias/30participantes – total de público atingido: 4.050 participantes) para: realizar um diagnóstico da situação dos direitos humanos em sua área de abrangência e debater diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos. Esses encontros são preparativos da Conferência Nacional.	Abr/2011	Dez/2011
	<b>3.4.</b> Realização de 5 Encontros Regionais – 5encontros/24horas/3dias/52participantes – nas cinco regiões geopolíticas do país, para debater e propor diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos. Esses encontros são preparativos da Conferência Nacional.	Abr/2011	Dez/2011

	<b>3.5.</b> Realização de Conferência Nacional - 40hs/5dias/200participantes – para debater e deliberar sobre as diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos.	Nov/2011	Dez/2011
<b>4.</b> Execução de oficinas de formação de âmbito local, distribuídas em todo o território nacional, com o propósito de: incentivar a cidadania, fortalecer a mobilização popular, aumentar a participação em espaços de gestão e controle social de políticas públicas, ampliar o acesso as políticas públicas, criar alternativas de inserção produtiva e assegurar a efetivação das políticas de direitos humanos do público alvo do projeto. Essas ações locais de formação atingirão um total de 36.140 (trinta e seis mil e cento e quarenta) participantes.	<b>4.1.</b> Contratação 132 educadores sociais para compor as equipes estaduais e executar as oficinas de formação em âmbito local.  O contrato será CLT por tempo determinado, para 40 horas semanais. O custo mensal para cada educador será de R\$ 3.092,08 (três mil e noventa e dois reais e oito centavos). No valor estão incluídos: INSS, 13º e férias proporcionais, FGTS, vale refeição, contribuição sindical, PIS, tributos, encargos patronais e benefícios.	Abr/2011	Dez/2011
	<b>4.2.</b> Realização de 1807 oficinas de formação de âmbito local, com a presença mínima de 20 participantes e a duração de 4 horas.	Abr/2011	Dez/2011
<b>5.</b> Realização de pesquisa sobre os indicadores da participação e cidadania nos espaços de controle social de políticas públicas. A pesquisa deve traçar um perfil de todo o público atingido por esse projeto, sua visão sobre os espaços de participação nos diferentes âmbitos (local, estadual, regional e nacional), os meios pelos quais o público de base acessa as políticas públicas, entre outros temas. Essa pesquisa deverá ser executada com base nos métodos consagrados de produção científica.	<b>5.</b> Contratação de técnico especialista para implantação de todas as etapas da pesquisa: elaboração do termo de referência, produção dos instrumentos para coleta de dados, realização da coleta de dados, alimentação de banco de dados, análise dos dados, disponibilização de informes parciais, apresentação e validação dos resultados da pesquisa.	Fev/2011	Dez/2011

6. Sistematização, divulgação e transparência na execução do projeto.	6.1. Confeção de peças de divulgação das ações de capacitação previstas nesse projeto: 8 mil folder, 7 banners, 2 mil cartazes.	Abr/2011	Dez/2011
	6.2. Produção de 2 cartilhas, cada uma com a tiragem de cinco mil exemplares, para subsidiar e divulgar as ações de capacitação do projeto.	Abr/2011	Dez/2011
	6.3. Produção de dois vídeos sobre a trajetória do projeto, seus resultados junto ao público, acúmulos conceituais e metodológicos, etc.	Mai/2011	Dez/2011
	6.4. Aperfeiçoamento e alimentação do site, registro fotográfico, elaboração de releases para imprensa comercial e para redes de comunicação alternativa, manutenção e alimentação de mailing, etc.	Jan/2011	Dez/2011

**Observações:**

1. Com relação as especificações em torno da natureza da despesa, unidade, código do elemento da despesa e quantidades ver planilhas em anexo.
2. Todas as contratações decorrentes do convênio serão realizadas de acordo com o Decreto 6.170 e portaria 127, ou seja, como entidade sem fins lucrativos será realizada, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade e economicidade.

Ainda conforme legislação pertinente a entidade irá contratar empresas que tenham participado da cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, quando será exigida pesquisa ao mercado prévia à contratação, que será registrada no SICONV e conterá, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

Assim que esta funcionalidade estiver disponível no SICONV, as contratações ocorrerão conforme o Art. 46. A cotação prévia de preços prevista no art. 11 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, será realizada por intermédio do SICONV, conforme os seguintes procedimentos: será registrado a descrição completa e detalhada do objeto a ser contratado, que estará em conformidade com o Plano de Trabalho, especificando as quantidades no caso da aquisição de bens; e a convocação para cotação prévia de preços permanecerá disponível no SICONV pelo prazo mínimo de cinco dias e determinará:

- a) prazo para o recebimento de propostas, que respeitará os limites mínimos de cinco dias, para a aquisição de bens, e quinze dias para a contratação de serviços;
- b) critérios para a seleção da proposta que priorizem o menor preço, sendo admitida a definição de outros critérios relacionados a qualificações especialmente relevantes do objeto, tais como o valor técnico, o caráter estético e funcional, as características ambientais, o custo de utilização, a rentabilidade; e
- c) prazo de validade das propostas, respeitado o limite máximo de sessenta dias.

Ainda a entidade, em decisão fundamentada, selecionará a proposta mais vantajosa, segundo os critérios definidos no chamamento para cotação prévia de preços; e o resultado da seleção a que se refere o inciso anterior será registrado no SICONV.

Conforme a referida Portaria, a cotação prévia de preços no SICONV será desnecessária: I - quando o valor for inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra, serviço ou compra ou ainda para obras, serviços e compras da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; e II - quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções, devendo comprovar tão-só os preços que aquele próprio fornecedor já praticou com outros demandantes.

Nos casos em que o SICONV não permitir o acesso operacional para o procedimento de que trata o caput, deverá ser realizada cotação prévia de preços mediante a apresentação de no mínimo, três propostas e ainda se buscará atender todos os princípios constitucionais para a garantia de melhor atender ao interesse público.

Cada processo de compras e contratações de bens, obras e serviços este ser realizado ou registrado no SICONV contendo, no mínimo, os seguintes elementos: I- os documentos relativos à cotação prévia ou as razões que justificam a sua desnecessidade; II - elementos que definiram a escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço; III - comprovação do recebimento da mercadoria, serviço ou obra; e IV - documentos contábeis relativos ao pagamento.

Se possível for, a entidade poderá utilizar-se do sistema de registro de preços dos entes federados.

Em reação a forma de publicidade para contratar RH – Edital de chamamento publico, TODOS os editais serão publicados no site da entidade e ficarão disponível no mural da entidade, bem como, em decorrência dos valores publicados em jornais de grande circulação.

As contratações serão reguladas pela CLT pelo período de 12 meses;

Para a SELEÇÃO DE PESSOAL serão considerados:

- a) Comprovação da experiência profissional em execução e monitoramento em projetos sociais por tempo nas áreas afins com o presente objeto.
- b) A graduação do profissional em área específica ou afim – tudo de acordo com o objeto do projeto;
- c) Prova de títulos consideração outras Graduações em áreas afins; Pós graduação Especialização Latu sensu; Mestrado e Doutorado;
- d) Publicação de livro ou obra artística em relação às atividades a serem desempenhadas.;

- e) Cursos, Seminários, Jornadas, Treinamentos, Oficinas, Workshops, Simpósios, Congressos, etc.. desde que relacionados com as atividades a serem desenvolvidas e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos cinco anos, contados da data de abertura das inscrições, de acordo com o descrito abaixo
- f) Em havendo necessidade entrevista e prova de redação.

Além disto, todas as contratações serão realizadas por meio de um processo que permita um alto controle das etapas e posterior arquivamento. Esses serão inseridos no SICONV e arquivados dentro do processo de seleção/cotação prévia que deu origem a sua contratação. A ordem e o mínimo de documentos para o processo de cotação prévia / Seleção serão: Edital de convocação; Comprovante da publicação do resumo do ato convocatório anúncio no jornal (quando for valor considerável), publicação no site e ou disponibilização no mural físico da entidade; c. Arquivamento dos Envelopes se houver e da documentação apresentada; Grade de julgamento verificação da habilitação ou inabilitação dos interessados; Atas de abertura e julgamento; Grade de julgamento verificação da pontuação referente a técnica e melhor proposta de preço; termo de adjudicação do objeto à licitante vencedora e homologação; Contrato assinado. Qualquer outra providência tomada para assegurar o bom andamento da licitação será arquivada.

## 10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS METAS E ETAPAS:

META	ETAPA	METODOLOGIA/ESTRATÉGIA DE AÇÃO
<p>1. Contratação de recursos humanos e infraestrutura para realizar trabalho técnico especializado de gestão do projeto, nas áreas de coordenação pedagógica, planejamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas.</p>	<p>1.1. Contratação de pessoa física para realização da gestão técnica e operacional do projeto em âmbito nacional.</p>	<p>Essa meta diz respeito à montagem da equipe nacional e garantia da infraestrutura necessária para o seu pleno funcionamento. A equipe nacional será responsável pela condução do planejamento estratégico do projeto em todas as suas dimensões. A sua missão será zelar pelo cumprimento dos termos do contrato. Ou seja, ela garantirá a unidade político-pedagógica, a consecução dos objetivos geral e específicos, coordenará o processo de avaliação continuada com base nos indicadores de resultado, acompanhará as sistematização das experiências desenvolvidas pelo projeto. Também caberá a equipe nacional a condução dos processos de contratação de terceiros, prestação de contas física financeira (parciais e final), representação institucional do projeto, entre outras atribuições.</p>
	<p>1.2. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços gráficos de reimpressão de material de apoio pedagógico (Cartilha do Ziraldo e outras publicações da Secretaria de Direitos Humanos).</p>	<p>A mesma do item anterior</p>
	<p>1.3. Contratação de 7 coordenadores pedagógicos, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas, por tempo determinado, com a carga horária de 40 horas semanais, para realizar as ações de acompanhamento pedagógico, planejamento, monitoramento e avaliação do projeto em</p>	<p>A mesma do item anterior</p>

	<p>âmbito regional. O custo mensal para cada Técnico Especialista na área de Coordenação Pedagógica será de R\$ 4.068,18 (quatro mil, sessenta e oito reais e dezoito centavos). Nesse valor estão incluídos: INSS, 13º e férias proporcionais, FGTS, vale refeição, contribuição sindical, PIS, tributos, encargos patronais e benefícios.</p>	
	<p>1.4. Locação de espaço físico com sala mobiliada e equipada (aluguel, condomínio, água, energia elétrica, telefone, tecnologia da informação) para o escritório central do projeto.</p>	
	<p>1.5. - Aquisição de material de consumo para o funcionamento do escritório nacional</p>	
	<p>1.6. Reprodução e postagem de materiais referentes ao projeto - Contratação de Serviço de Terceiro PJ.</p>	
	<p>1.7. Deslocamentos da Equipe de Coordenação Nacional do projeto - Contratação de Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica</p>	
<p>2. Elaboração do desenho técnico operacional do projeto e execução de ações de acompanhamento presenciais e não presenciais, nas diferentes esferas de sua implantação: nacional, regional, estadual e local.</p>	<p>2.1 Dez (10) reuniões da equipe nacional (32horas/4dias/15participantes). Essas reuniões serão responsáveis pela produção do planejamento estratégico, desenho técnico operacional do conjunto de suas ações, definição de indicadores de impactos, monitoramento sistemático de sua implantação, verificação parciais dos instrumentos pedagógicos e financeiros de prestação de contas do projeto.</p>	<p>As principais ações desse projeto são de capacitação. Trata-se de atividades que exigem um contínuo exercício de planejamento, monitoramento e avaliação (PMA). Essa meta possibilita que a equipe técnica tenha mobilidade para conhecer as experiências diretamente e verifique se as metas do projeto estão sendo atingidas dentro do cronograma e com os recursos orçados.</p> <p>Através do acompanhamento sistemático, presencial e não presencial, das ações planejadas, será possível garantir um padrão de qualidade na execução do</p>

		<p>projeto e a busca de solução em tempo real para problemas que por ventura forem sendo detectados durante o processo de implantação.</p> <p>Essa meta também visa a capacitação de todo o pessoal nos mecanismos de controle e gestão, dotando as equipes de conhecimentos sobre o “marco legal” da execução desse projeto.</p>
	<p>2.2. Realização de duas (2) reuniões nacionais com pelo menos um(a) educador(a) de cada estado e Distrito Federal, equipe pedagógica regional e integrantes do escritório central (32horas/4dias/50participantes).</p> <p>Essas reuniões serão responsáveis pela capacitação técnica sobre os procedimentos administrativos, socialização do planejamento estratégico, produção de análises sobre a implantação do projeto e avaliação final com base nos indicadores de resultados da execução de suas metas.</p> <p>2.3. Acompanhamento in loco da execução do plano técnico operacional do projeto. Essas ações serão realizadas por integrantes da coordenação pedagógica regional e nacional e demais profissionais do escritório nacional do projeto.</p>	<p>A mesma do item anterior</p>
<p>3. Execução de ações de capacitação para o aperfeiçoamento teórico-metodológico e elaboração de diretrizes para subsidiar as políticas públicas de direitos humanos no Brasil. Essas ações de capacitação</p>	<p>3.1. Realização de Curso Nacional em três módulos, cada módulo terá 32horas/4dias/70participantes, para capacitação de 210 multiplicadores sobre indicadores de cidadania, redes sociais e gestão compartilhada.</p>	<p>Essa ação instrumentaliza a rede de educadores e demais profissionais engajados direta e indiretamente na rede. Além da capacitação temática, possibilita momento de planejamento e monitoramento, desenvolvendo a concepção de que o projeto deve ser gerido de forma compartilhada em todas as suas</p>

<p>estão voltadas para o conjunto de educadores e coordenadores pedagógicos contratados pelo projeto, lideranças e educadores sociais engajados voluntariamente no projeto, colaboradores, gestores públicos, etc.</p>		<p>dimensões. Para realização dessa meta é necessário viabilizar reuniões preparatórios para definição coletiva do currículo do curso e seu percurso metodológico.</p>
	<p>3.2. Realização de Encontro Nacional para 100 multiplicadores em educação popular e direitos humanos (5dias/40horas/100participantes)</p>	<p>Essa ação congrega os membros da equipe nacional, coordenadores pedagógicos e representantes das entidades conveniadas nos estados para realização de uma capacitação sobre os instrumentos e as normas de gestão física e financeira do projeto. Considerando a complexidade e o tamanho desse projeto, essa ação é fundamental para garantir um envolvimento qualificado de todos em sua execução.</p>
	<p>3.3. Realização de 135 Encontros com abrangência intermunicipal (24horas/3dias/30participantes – total de público atingido: 4.050 participantes) para: realizar um diagnóstico da situação dos direitos humanos em sua área de abrangência e debater diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos. Esses encontros são preparativos da Conferência Nacional.</p>	<p>Uma das estratégias desse projeto é pescar lideranças sociais e possibilitar que elas exerçam o papel de educadores em suas localidades. Nesse sentido, o projeto prevê um conjunto de procedimentos voltados para atrair novos perfis de lideranças sociais, abertura para que essas lideranças participem concretamente das atividades planejadas em âmbito local, etc.</p> <p>Os encontros previstos nessa meta possuem o objetivo de congrega esses educadores, trocar experiências e fortalecer a identidade metodológica. Esses encontros devem debater as propostas que serão analisadas e decididas na Conferência Nacional.</p>
	<p>3.4. Realização de 5 Encontros Regionais – 5encontros/24horas/3dias/52participantes – nas cinco regiões geopolíticas do país, para debater e propor</p>	<p>Essa ação possibilita que a rede sedimente a sua identidade na esfera regional. Os Encontros Regionais são responsáveis pela: produção do diagnóstico da</p>

	<p>diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos. Esses encontros são preparativos da Conferência Nacional.</p>	<p>situação de direitos humanos nas regiões, identificação de grupos sociais submetidos a situação de vulnerabilidade social, visualização de políticas públicas relacionadas com a garantia dos direitos humanos existentes nas diferentes regiões dos países, etc.</p> <p>Essa ação também oportuniza momentos de estudo em torno da metodologia do projeto, na tentativa de criar diretrizes e práticas pedagógicas comuns. Esses encontros devem debater as propostas que serão analisadas e decididas na Conferência Nacional.</p>
	<p>3.5. Realização de Conferência Nacional - 40hs/5dias/200participantes – para debater e deliberar sobre as diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos.</p>	<p>Uma das grandes linhas desse projeto é a construção de metodologias de educação popular na área de direitos humanos. Essa ação criará as condições para que a rede qualifique e apresente suas propostas e diretrizes para políticas públicas. A Conferência Nacional será o momento em que a rede discutirá e aprovará uma plataforma de propostas para qualificar as políticas públicas na área de direitos humanos no país.</p>
<p>4. Execução de oficinas de formação de âmbito local, distribuídas em todo o território nacional, com o propósito de: incentivar a cidadania, fortalecer a mobilização popular, aumentar a participação em espaços de gestão e controle social de políticas públicas, ampliar o acesso as políticas públicas, criar alternativas de inserção produtiva e assegurar a</p>	<p>4.1. Contratação 132 educadores sociais para compor as equipes estaduais e executar as oficinas de formação em âmbito local.</p> <p>O contrato será CLT por tempo determinado, para 40 horas semanais. O custo mensal para cada educador será de R\$ 3.092,08 (três mil e noventa e dois reais e oito centavos). No valor estão incluídos: INSS, 13º e férias proporcionais, FGTS, vale refeição, contribuição sindical, PIS, tributos, encargos patronais e benefícios.</p>	<p>Esses educadores são responsáveis pela execução das oficinas locais e pelo acompanhamento dos encontros intermunicipais. Além de todos os processos de divulgação e mobilização do público alvo para estas atividades, relatoria e sistematização das experiências, articulação das questões locais com as regionais e nacionais, adaptações dos processos metodológicos a partir da realidade local, e outras demandas que surjam para a devida execução do projeto no espaço local. É nas oficinas locais que a concepção metodológica</p>

<p>efetivação das políticas de direitos humanos do público alvo do projeto. Essas ações locais de formação atingirão um total de 36.140 (trinta e seis mil e cento e quarenta) participantes.</p>		<p>ganhar maior materialidade.</p>
<p>5. Realização de pesquisa sobre os indicadores da participação e cidadania nos espaços de controle social de políticas públicas. A pesquisa deve traçar um perfil de todo o público atingido por esse projeto, sua visão sobre os espaços de participação nos diferentes âmbitos (local, estadual, regional e nacional), os meios pelos quais o público de base acessa as políticas públicas, entre outros temas. Essa pesquisa deverá ser executada com base nos métodos consagrados de produção científica.</p>	<p>5.1. Contratação de técnico especialista para implantação de todas as etapas da pesquisa: elaboração do termo de referência, produção dos instrumentos para coleta de dados, realização da coleta de dados, alimentação de banco de dados, análise dos dados, disponibilização de informes parciais, apresentação e validação dos resultados da pesquisa.</p>	<p>Na nossa concepção, as atividades de capacitação devem contemplar processos de pesquisa que sejam capazes de alargar os conhecimentos existentes. Nessa direção, projetamos a execução de uma pesquisa que consiga traçar um perfil de todo o público atingido por esse projeto, sua visão sobre os espaços de participação nos diferentes âmbitos (local, estadual, regional e nacional), os meios pelos quais o público de base acessa as políticas públicas, entre outros temas. Essa pesquisa deverá ser executada com base nos métodos consagrados de produção científica no campo das ciências humanas.</p>
<p>6. Sistematização, divulgação e transparência na execução do projeto.</p>	<p>6.1. Produção de 2 cartilhas, cada uma com a tiragem de cinco mil exemplares, para subsidiar e divulgar as ações de capacitação do projeto.</p>	<p>As estratégias de sistematização e divulgação do projeto garantem que o conhecimento produzido pela rede de educação popular em cidadania seja capturado e consiga impactar o debate sobre as políticas públicas nessa área. Na área de divulgação o projeto pretende sofisticar o máximo possível as ferramentas de comunicação via internet. Além disso, pretendemos divulgar através de material impresso e inserções na mídia comercial e alternativa a concepção, as ações e</p>

		os resultados do projeto.
	6.2. Produção de dois vídeos sobre a trajetória do projeto, seus resultados junto ao público, acúmulos conceituais e metodológicos, etc.	
	6.3. Confeção de peças de divulgação das ações de capacitação previstas nesse projeto: 8 mil folder, 7 banners, 2 mil cartazes.	
	6.4. Aperfeiçoamento e alimentação do site, registro fotográfico, elaboração de releases para imprensa comercial e para redes de comunicação alternativa, manutenção e alimentação de mailing, etc.	

### 11. RESULTADOS ESPERADOS E PRODUTOS:

METAS	ETAPAS	RESULTADOS ESPERADOS	PRODUTOS
<p>1. Contratação de recursos humanos e infraestrutura para realizar trabalho técnico especializado de gestão do projeto, nas áreas de coordenação pedagógica, planejamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas.</p>	<p>1.1 Contratação de pessoa física para realização da gestão técnica e operacional do projeto em âmbito nacional.</p>	<p>O projeto realiza os objetivos geral e específicos com alto grau de satisfação.</p>	<p>Relatórios consolidados (texto, listas de presença, registro fotográfico, etc) das ações do projeto (parte pedagógica).  Relatórios de prestação de contas (parciais e final).</p>
	<p>1.2. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços gráficos de reimpressão de material de apoio pedagógico (Cartilha do Ziraldo e outras publicações da Secretaria de Direitos Humanos).</p>	<p>Espera-se atingir todo o público alvo dos cursos de capacitação, com a distribuição desses materiais, cuja finalidade é a difusão da temática sobre os Direitos Humanos tanto para os participantes dos cursos quanto para as pessoas com as quais convivem.</p>	<p>Publicações da SDH reimpressas</p>
	<p>1.3. Contratação de 7 coordenadores pedagógicos, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas, por tempo determinado, com a carga horária de 40 horas semanais, para realizar as ações de acompanhamento pedagógico, planejamento, monitoramento e avaliação do projeto em âmbito regional. O custo</p>	<p>Projeto implanta a sua identidade metodologia em boa parte de suas atividades de capacitação.</p>	<p>Informes e pareceres da equipe de coordenação pedagógica.</p>

	mensal para cada Técnico Especialista na área de Coordenação Pedagógica será de R\$ 4.068,18 (quatro mil, sessenta e oito reais e dezoito centavos). Nesse valor estão incluídos: INSS, 13º e férias proporcionais, FGTS, vale refeição, contribuição sindical, PIS, tributos, encargos patronais e benefícios.		
	1.4. Locação de espaço físico com sala mobiliada e equipada (aluguel, condomínio, água, energia elétrica, telefone, tecnologia da informação) para o escritório central do projeto.	Equipe nacional consegue desenvolver seu trabalho em ambiente propício e com equipamentos necessários.	
	1.5. - Aquisição de material de consumo para o funcionamento do escritório nacional.		
	1.6. Reprodução e postagem de materiais referentes ao projeto - Contratação de Serviço de Terceiro PJ.		
	1.7. Deslocamentos da Equipe de Coordenação Nacional do projeto - Contratação de Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica.	Equipe nacional consegue circular nas localidades de execução do projeto	Relatórios e informes da equipe nacional.
2.Elaboração do desenho técnico operacional do projeto e execução de ações de acompanhamento	2.1 Dez (10) reuniões da equipe nacional (32horas/4dias/15participantes). Essas reuniões serão responsáveis pela	Projeto implanta uma metodologia de planejamento, monitoramento e avaliação e possibilita uma gestão	Documento contendo currículo (conteúdos, metodologia, recursos,

<p>presenciais e não presencias, nas diferentes esferas de sua implantação: nacional, regional, estadual e local.</p>	<p>produção do planejamento estratégico, desenho técnico operacional do conjunto de suas ações, definição de indicadores de impactos, monitoramento sistemático de sua implantação, verificação parciais dos instrumentos pedagógicos e financeiros de prestação de contas do projeto.</p>	<p>pedagógica participativa com mecanismos de controle e acompanhamento in loco.</p>	<p>etc.) das ações de formação da rede.</p>
	<p>2.2. Realização de duas (2) reuniões nacionais com pelo menos um(a) educador(a) de cada estado e Distrito Federal, equipe pedagógica regional e integrantes do escritório central (32horas/4dias/50participantes).</p> <p>Essas reuniões serão responsáveis pela capacitação técnica sobre os procedimentos administrativos, socialização do planejamento estratégico, produção de análises sobre a implantação do projeto e avaliação final com base nos indicadores de resultados da execução de suas metas.</p>		<p>Relatórios consolidados (texto, listas de presença, registro fotográfico, etc) das duas reuniões.</p>
	<p>2.3 Acompanhamento in loco da execução do plano técnico operacional do projeto. Essas ações serão realizadas por integrantes da coordenação pedagógica regional e nacional e demais profissionais do escritório nacional do projeto.</p>	<p>Equipe nacional e coordenação pedagógica conseguem circular nas localidades de execução do projeto</p>	<p>Relatórios e informes da equipe nacional e coordenação pedagógica.</p>

<p>3. Execução de ações de capacitação para o aperfeiçoamento teórico-metodológico e elaboração de diretrizes para subsidiar as políticas públicas de direitos humanos no Brasil. Essas ações de capacitação estão voltadas para o conjunto de educadores e coordenadores pedagógicos contratados pelo projeto, lideranças e educadores sociais engajados voluntariamente no projeto, colaboradores, gestores públicos, etc.</p>	<p>3.1. Realização de Curso Nacional em três módulos, cada módulo terá 32horas/4dias/70participantes, para capacitação de 210 multiplicadores sobre indicadores de cidadania, redes sociais e gestão compartilhada.</p>	<p>O projeto realiza-se com planejamento e monitoramento, permitindo um grau de satisfação no tocante a sua gestão compartilhada.</p>	<p>Relatórios consolidados (texto, listas de presença, registro fotográfico, etc)e cadernos de subsídios utilizados no curso.</p> <p>Capacitação para 210 participantes</p>
	<p>3.2. Realização de Encontro Nacional para 100 multiplicadores em educação popular e direitos humanos (5dias/40horas/100participantes).</p>	<p>As equipes contratadas diretamente para atuar no projeto e o pessoal de prestação de serviços se apropriam dos instrumentos de gestão, implanta sistemas de prestação de contas e fluxos de informação satisfatórios.</p>	<p>Relatórios consolidados (texto, listas de presença, registro fotográfico, etc) e cadernos de subsídios utilizados no Encontro.</p> <p>Capacitação para 100 participantes</p>
	<p>3.3. Realização de 135 Encontros com abrangência intermunicipal (24horas/3dias/30participantes – total de público atingido: 4.050 participantes) para: realizar um diagnóstico da situação dos direitos humanos em sua área de abrangência e debater diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos. Esses encontros são preparativos da Conferência Nacional.</p>	<p>O projeto consegue estruturar e qualificar o conjunto de educadores populares envolvidos com o projeto e dedicados à defesa dos direitos humanos com propostas para essa área.</p>	<p>Relatórios consolidados (texto, listas de presença, registro fotográfico, etc) e cadernos de subsídios utilizados nos Encontros</p> <p>Capacitação para 4.050 participantes</p>
	<p>3.4. Realização de 5 Encontros Regionais –</p>	<p>Educadores com maior conhecimento sobre dados da realidade regional.</p>	<p>Relatórios consolidados (texto, listas de presença, registro fotográfico, etc)</p>

	<p>5encontros/24horas/3dias/52participantes – nas cinco regiões geopolíticas do país, para debater e propor diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos. Esses encontros são preparativos da Conferência Nacional.</p>	<p>Projeto implanta-se com um nível satisfatório de identidade metodológica.</p>	<p>e cadernos de subsídios utilizados nos Encontros.</p> <p>Capacitação para 260 participantes</p>
	<p>3.5. Realização de Conferência Nacional - 40hs/5dias/200participantes – para debater e deliberar sobre as diretrizes teóricas metodológicas para a construção de políticas públicas na área da educação popular em Direitos Humanos.</p>	<p>O projeto consegue influenciar a construção de políticas públicas, principalmente no âmbito da garantia de direitos humanos.</p> <p>O projeto cria situações de incentivo a realização de políticas públicas baseadas na confluência e na intersectorialidade.</p>	<p>Relatórios consolidados (texto, listas de presença, registro fotográfico, etc) e cadernos de subsídios utilizados na Conferência Nacional.</p> <p>Capacitação para 200 participantes</p>
<p>4. Execução de oficinas de formação de âmbito local, distribuídas em todo o território nacional, com o propósito de: incentivar a cidadania, fortalecer a mobilização popular, aumentar a participação em espaços de gestão e controle social de políticas públicas, ampliar o acesso as políticas públicas, criar alternativas de inserção produtiva e assegurar a efetivação das políticas de direitos humanos do público alvo do projeto. Essas ações locais de</p>	<p>4.1. Contratação 132 educadores sociais para compor as equipes estaduais e executar as oficinas de formação em âmbito local.</p> <p>O contrato será CLT por tempo determinado, para 40 horas semanais. O custo mensal para cada educador será de R\$ 3.092,08 (três mil e noventa e dois reais e oito centavos). No valor estão incluídos: INSS, 13º e férias proporcionais, FGTS, vale refeição, contribuição sindical, PIS, tributos,</p>	<p>Educadores da rede conseguem executar com um grau razoável de satisfação as metas estipuladas nesse projeto.</p>	

<p>formação atingirão um total de 36.140 (trinta e seis mil e cento e quarenta) participantes.</p>	<p>encargos patronais e benefícios.</p>		
	<p>Realização de 1807 oficinas de formação de âmbito local, com a presença mínima de 20 participantes e a duração de 4 horas (capacitação para 36.140 participantes).</p>	<p>Projeto consegue capacitar público alvo e, com isso, contribuir para fortalecer os espaços de participação de gestão de políticas públicas, inserção produtiva e com a defesa dos direitos humanos</p>	<p>Relatórios consolidados (texto, listas de presença, registro fotográfico, etc) das oficinas realizadas.</p> <p>Capacitação de 36.140 participantes.</p>
<p>5. Realização de pesquisa sobre os indicadores da participação e cidadania nos espaços de controle social de políticas públicas. A pesquisa deve traçar um perfil de todo o público atingido por esse projeto, sua visão sobre os espaços de participação nos diferentes âmbitos (local, estadual, regional e nacional), os meios pelos quais o público de base acessa as políticas públicas, entre outros temas. Essa pesquisa deverá ser executada com base nos métodos consagrados de produção científica.</p>	<p>5.1. Contratação de técnico especialista para implantação de todas as etapas da pesquisa: elaboração do termo de referência, produção dos instrumentos para coleta de dados, realização da coleta de dados, alimentação de banco de dados, análise dos dados, disponibilização de informes parciais, apresentação e validação dos resultados da pesquisa.</p>	<p>No decorrer de sua execução o projeto produz informações sobre seu desenvolvimento e alimenta as produções teóricas.</p> <p>A divulgação dos dados da pesquisa fortalece a legitimidade social do projeto.</p>	<p>Documento final da pesquisa.</p>
<p>6. Sistematização, divulgação e transparência na execução do projeto.</p>	<p>6.1. Produção de 2 cartilhas, cada uma com a tiragem de cinco mil exemplares, para subsidiar e divulgar as ações de capacitação do projeto.</p>	<p>Projeto amplia sua visibilidade pública, implanta-se e consolida a sua “marca” institucional.</p> <p>As formulações do projeto e suas</p>	<p>2 cartilhas</p> <p>2 Cartilhas</p>

		inovações metodológicas são registradas e contribuem para qualificar as políticas públicas.	
	6.2. Produção de dois vídeos sobre a trajetória do projeto, seus resultados junto ao público, acúmulos conceituais e metodológicos, etc.		2 Vídeos
	6.3. Confeção de peças de divulgação das ações de capacitação previstas nesse projeto: 8 mil folder, 7 banners, 2 mil cartazes.		8 mil folder 7 banners 2 mil cartazes
	6.4. Aperfeiçoamento e alimentação do site, registro fotográfico, elaboração de releases para imprensa comercial e para redes de comunicação alternativa, manutenção e alimentação de mailing, etc.		Site Notas publicadas Banco de imagens do projeto. Banco de dados com os endereços eletrônicos do projeto.

## ANEXOS 01

## ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO PROJETO E PÚBLICO PARTICIPANTE

UF	MUNICÍPIO/BAIRRO	Beneficiários
AC	Rio Branco/Conquista; Rio Branco /Estação Experimental; Rio Branco /Jardim Nazlei; Sena Madureira/1º Distrito; Conjunto Esperança I; Rio Branco /Conjunto Esperança II; Rio Branco /Conjunto Nova Esperança; Rio Branco /Calafate; Rio Branco/Pista – Sobral; 2º Distrito; Sena Madureira /Seringal São Miguel; Vila Nova; Ramal Granada; Sobral; Bujari; Plácido de Castro; Epitaciolândia; Acrelandia; Brasília.	1.140
AL	Matriz de Camaragibe; Pariconha/Sítio Jurema; Maceió/ Bom Parto; Maceió/Comunidade Sururu do Capote; Maceió /Orla Lagunar; Rio Largo; São Miguel dos Milagres.	1.140
AP	Macapá/Buritizal; Vitória do Jarí /Plantão; Macapá /Araxá; Macapá /Santa Rita; Comunidade São João do Cajarí; Lixão de Santana; Comunidade de Santa Helena; Lagoa Azul; Macapá /Zerão; Macapá /Rio Igarapé dos Porcos; Agreste; Comunidade Conceição do Muriacá; Serra do Navio; Santana; Amapá; Laranjal do Jarí.	1.140
AM	Manaus; Manaus/Cidade Nova I; Manaus/Vicinal Nova União; Cidade Nova; Manaus /Santa Etelvina; Comunidade Deus é Fiel; Manaus/Maozinho; Porto da Balsa KM 13; Manaus /Cidade de Deus; Manaus/Glória; Agrovila Mocambo; Zona Rural de Parintins; Comunidade Bom Jardim; Zona Rural de Parintins; Comunidade Betel; Comunidade Nova União KM 18; Presidente Figueiredo; Parintins; Careiro da Várzea; Itacoatiara; Valeria.	1.640
BA	Salvador/Cajazeiras; Salvador/Pelourinho; Zona Rural; Vitória da Conquista/Acampamento Santo Dias; Salvador /Engenho Velho de Brotas; Itajuípe/Santo Antonio; Itajuípe/ Santa Rita de Cássia; Itajuípe/Av. Ibiraraí; Ilhéus/Sambaitu; Campo Formoso; Riacho das Pedrinhas; Cruzeiro; Palmas de Monte Alto; Vitória da Conquista; Petrópolis; Itabuna;	1.640

CE	Fortaleza/Pici; Iguatu/Chapadinha; Jucás; Cariús/Sítio Catolé; Tamboril; Crateús/São Vicente; Iporanga; Cascavel/Balbino; Fortaleza/Granja Lisboa; Crato/ Vila Belo Horizonte/Sítio do Carrapato/Sítio Chico Mendes; Jucás/Canafístula; Jucás/Vila Mel; Itaporanga; Distrito de Santa Fé; Juazeiro do Norte/Novo Juazeiro; Independência; Sítio Almécegas; Barreira; Juazeiro do Norte/Timbaúbas; Beberibe/Parajuru; Fortaleza/Henrique Jorge; Cariús/Vila Nova; Itapiúna/Assentamento Massapê; Fortaleza /Granja Lisboa; Crateús/Venâncio; Parambu/Vila de Monte Sion; Itaporanga; Saboeiro; Fátima.	1.140
DF	Santa Maria; Samambaia; Aguas Lindas; Sobradinho; Candagolândia.	1.140
ES	São Mateus; Nova Venécia; Boa Esperança/ Córrego da Prata; São Gabriel da Palha; Braço do Rio Conceição da Barra/ Aluizio Feu Smirdele; Pinheiros/ Assentamento Nova Conquista; Conceição da Barra; Jaguaré/Boa Vista; Mantenópolis; Águia Branca/ Assentamento 16 de Abril ;	1.140
GO	Goiânia; Trindade/Setor Palmares; Nova Veneza/Nossa Senhora do Carmo; Goiânia/Setor Universitário; Aparecida de Goiânia/Vila Brasília; Aparecida de Goiânia / Goiânia /Nova Cidade; Goiânia/Setor Jardim da Luz; Goiânia/Setor Criméia Leste; Goiânia /Setor Parque Oeste Industrial; Goiânia/ Dom Fernando – I; Setor Parque Oeste Industrial; Aparecida de Goiânia; Goiânia/Santo Antonio.	1.140
MA	Benedito Leite; Riachão/Assentamento Alegre; S. J. Das Mangabeiras/Assentamento Bacuri; Raposa/Vila Marisia; São Luis/Cidade Olímpica; Alcântara/Samucangaua; Alcântara/Quilombo de Tubarão; Alcântara/Arenhengaua; Alcântara /Quilombo de Curuçá; Alcântara /Quilombo de Itamatatiuia; Alcântara/Quilombo de Paquatiua; Alcântara/Quilombo de São Raimundo; Alcântara/Quilombo de Marudá;	1.400
MT	Cáceres/Carvalhada; Cuiaba /Alvorada; Juara;; Sinop.	1.640
MS	Aquidauana/Aldeias Bananal e Morrinho; Palmas/Vila dos Ferroviários; Terenos/Ass. Emerson Rodrigues; Campo Grande/Lageado; Campo Grande/Vila Nasser; Campo Grande/Santa Carmelia; Campo Grande/Jardim das Nações; Campo Grande.	1.140

MG	Belo Oriente/Cachoeira Escura; Cachoeira Escura; Santa Felicidade; São Francisco/Eldorado; Carvalhópolis; Varginha/ Bom Pastor; Paracatu/ Prado; Pouso Alegre/São João do Paraíso; Taboemas; Brasilândia; Indaiabira; Contagem/Petrolândia; Nova Era; Montes Claros; São Francisco; Pintópolis; Belo Horizonte; Contagem/ Nova Contagem; Santa Rita do Sapucaí/Santa Felicidade; Petrolândia;	1.920
PA	Belém/Umarizal; Bujaru/Bom Interno; Zona Rural; Belém /Condor; Belém /Icooraci; Alenquer/Aningau; Santa Terezina; Fátima; Santarenzinho; Elcione Barbalho; Comunidade da Portelhinha; Liberdade; Maracanã; Aeroporto Velho; Bujaru; Soure; Salvaterra; Curua; Oriximiná; Ourem; Santarém; Prainha.	1.640
PB	João Pessoa; Conde/Pousada; Santa Maria; Campina Grande; Conde; João Pessoa; Santa Rita Bayeu.	1.140
PR	Colombo/Campo Alto; Curitiba/Boqueirão; Antonina/Rio Pequeno; Curitiba/Fazendinha; Curitiba /Bairro Novo; Curitiba/Sítio Cercado; Curitiba/Xaxim; Colombo/Ana Terra; Rio B. Do Sul/Papanduva; Curitiba/Tatuquara; Fernandes Pinheiro/Comunidade de Bituva do Machados; Curitiba; Irati; Inácio Martins;;	1.400
PE	Cabo Santo Agostinho/Charneca; Ipojuca/Engenho Guerra; Santa Cruz da Venerada/Assentamento Frei Damião; Santa Maria da Boa Vista; Floresta; Canhotinho; Petrolina.	1.400
PI	Floriano; Teresina/Dirceu; Floriano/Tabocas; Nazaré /Cipaúba; Campo Grande/Comunidade Serra Nova; Floriano/Boqueirão; Nazaré; Ipiranga; Campo Maior; Teresina; Pedro II; Picos; Campo Grande.	1.400
RJ	Rio de Janeiro/Costa Barros; Volta Redonda/Vila Mury; Pinheral/Aterrado; Volta Redonda/Niterói; Volta Redonda/Vila Santa Cecília; Volta Redonda; Seropédica; Pinheral/Parque Maíra.	1.640
RN	Natal/Rocas; Natal/Redinha; Maxaranguape/Comunidade de Caraúbas; Parnamirim; Pureza/Itabaiana; Sibaúma; Galinhos; Parnamirim.	1.140
RS	Pelotas/Colônia Cristal; Palmeira das Missões/Vila Batista; Porto Alegre/Cidade	1.400

	Baixa; Porto Alegre; Canoas; Jaticaba; Gravataí/ Sagrada Família; Tenente Portela.	
RO	Porto Velho/São João Bosco; Mutirão; Nova Pimenta; Liberdade; Porto Velho /Cacoal; Pimenta Bueno; Jaru; Ji-Parana.	1.140
RR	Boa Vista, Rorainópolis, Alto Alegre, Iracema, Pacaraima, Normandia, Uiramutã, Caracará, Bonfim.	1.140
SC	Chapeco; São Miguel do Oeste/Adreata; Lajes/Petrópolis Lajes/Universitário; Mafra/Comunidade do Interior; Canta Galo; Jaroceski; Campinas; Taquaras; Vila Maria; Comunidade do Araçá; Andreatta; Comunidade do Irapoá; Progresso; São Miguel do Oeste; Rio Negrinho; Blumenau/ Canta Galo/Vila Yensen; Rio do Sul; São Joaquim; Descanso; São José; Iriniópolis; Rancho Queimado; Canoinhas; São José do Cerrito; Urubici; Ponte Alta do Sul; Araquari; Bom Retiro; Xanxere; Chapecó/São Cristóvão.	1.140
SP	São Paulo/Vila Industrial; São Paulo /Jardim Vera Cruz; São Paulo/ Jardim Ângela; São Paulo /Jardim Capela; São Paulo /Parque Rondon; São Paulo /Jardim São Lourenço; São Paulo /Barra Funda; São Paulo/ Bela Vista; São Paulo/ Belém; São Paulo/ Jardim Elba; São Paulo/ Vila Alpina; São Paulo/ Ocupação Gleba-B; São Paulo/ Comunidade São Nicolau; São Paulo/ Comunidade Nossa Senhora; São Paulo /Aparecida; Campinas.	1.920
SE	Poço Verde; Siriri/Povoado Sirizinho; São Cristóvão/Povoado Lavadeira; Japarutuba/Quilombo Patioba; Simão Dias; Marum; Frei Paulo.	1.140
TO	Araguaina/Terezinha Hilário Ribeiro; Araguaina /Morada do Sol; Taguatinga; Palmas; Tocantina; Novo Jardim; Dianópolis; Porto Alegre; Combinado.	1.140
	<b>TOTAL</b>	<b>36.140</b>